



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 351 de 04 de outubro de 1.966.

Institui o Código tributário do Município de Icém e dá outras providências.--

JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Icém, Estado de São Paulo, usando / das atribuições que lhe são conferidas:-

FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL decreta e êle promulga a seguinte lei.

## PARTE GERAL

### TITULO I

#### Dos Tributos em Geral

### CAPITULO I

#### Do sistema Tributário do Município.

Art. 1º - êste código dispõe sôbre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a êles pertinentes.

Art. 2º - Integram o sistema tributário do Município:

I - os impostos:

- a) sôbre a propriedade territorial urbano;
- b) sôbre a propriedade predial urbano;
- c) sôbre a circulação de mercadorias;
- d) sôbre serviços de qualquer natureza.

II - as taxas

- a) decorrentes das atividades do poder de policia do Municipio;
- b) decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos Municipais específicos e divisíveis.

III - a contribuição de melhoria.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO II DA LEGISLAÇÃO FISCAL .

- Art. 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude de dêste código ou de lei subsequente.
- Art. 4º - A lei fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que aumentaram tributos que incidam sobre a propriedade predial e territorial urbana, as quais / entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte.
- Art. 5º - As tabelas de tributos, anexas a êste Código, serão revistas e publicadas integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alteradas.

## CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

- Art. 6º - Tôdas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos Municipais, aplicação de sanções por intermédio, digo, por infração de disposição dêste Código, bem como as medidas / de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a êles subordinadas segundo as atribuições constantes da lei de organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento.
- Art. 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuizo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes / esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.
- § 1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.
- § 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o fisco.
- Art. 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Art. 9º - São autoridades fiscais, para efeitos dêste Código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO IV DO DOMICILIO FISCAL

- Art. 10 - Consideram-se domicilio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:
- I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades ou negócios;
  - II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;
  - III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.
- Art. 11 - O domicilio fiscal sera consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.
- Parágrafo único - Os inscritos como contribuintes habituais / comunicarão toda mudança de domicilio, no, digo, de domicilio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência.

## CAPITULO V DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS ACESSÓRIAS

- Art. 12 - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:
- I - apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;
  - II - comunicar à Fazenda Municipal dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigação tributária;
  - III - conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
  - IV - prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se referiram a fato gerador de obrigações tributária.
- Parágrafo único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.
- Art. 13 - O fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.
- § 1º - As informações obtidas por força deste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União do Estado e deste Município.
  - § 2º - Constitui falta grave, puníveis nos termos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas / no exame de contas ou documentos exibidos.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO VI Do lançamento

- Art. 14 - lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido a identificação do contribuinte e sendo o caso a aplicação da penalidade cabível.
- Art. 15 - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Código.
- Art. 16 - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- § 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos critérios de apuração da base de cálculo estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- & 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.
- Art. 17 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.
- Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo / lhe aproveita.
- Art. 18 - O lançamento efetua-se -à com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.
- Parágrafo único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.
- Art. 19 - Far-se-à o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:
- I - quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;
  - II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.
- Art. 20 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar, com precisão, a natureza e o / montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:
- I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;
  - II - fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável;



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal;
- V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Paragrafo único - Nos casos a que se refere o número deste artigo, os funcionários lavrarão termo da diligência, do qual constarão especificamente os elementos examinados.

- Art. 21 - O lançamento e suas alterações serão comunicadas aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guias de pagamento.
- Art. 22 - Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.
- Art. 23 - Os lançamentos efetuados de ofício, ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.
- Art. 24 - É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação cujo montante / não se possa conhecer exatamente.
- Art. 25 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos Municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculo, exceto em relação ao imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias.
- Art. 26 - Independentemente do controle de que trata o artigo anterior poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sobre a exatidão do que fôr declarado para efeito dos impostos de competência do Município.

## CAPITULO VII

Da cobrança e do Recolhimento dos tributos

- Art. 27 - A cobrança dos tributos far-se-á:
  - I - Para pagamento à boca do cofre;
  - II - por procedimento amigável;
  - III - mediante ação executiva.
- § 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código, nas leis e nos regulamentos fiscais.
- § 2º - Expirado o prazo para pagamento à boca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 20% (VINTE) por cento, acrescida de juros de mora de 12% (doze por centos) ao ano, contados por mês ou fração, sobre a importância devida, até seu pagamento.
- § 3º - Aos créditos fiscais do Município aplicaram-se as normas de correção monetária de tributos e penalidades devidos ao fisco Municipal, nos termos da lei federal nº 4.357, de 16/7/64.
- Art. 28 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia de recolhimento, digo, ou conhecimento.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 29 - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.
- Art. 30 - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.
- Art. 31 - Não se procederá contra o contribuinte que tenham agido ou pago tributo de acordo com a decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.
- Art. 32 - O Executivo poderá contratar com estabelecimento de crédito com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo normas especiais para esse fim (esse fim).

## CAPITULO VIII Da Restituição

- Art. 33 - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual / for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:
- I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face deste Código, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido:
  - II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento:
  - III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
- Art. 34 - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.
- Art. 35 - O direito de pleitear a restituição de imposto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de seis meses, quando o pedido se baseie em simples erro de cálculo, ou de três anos nos demais casos, contados:
- I - nas hipóteses previstas nos números I e II do art. 33, da data da extinção do crédito tributário:
  - II - na hipótese prevista no número III do art. 33 da data em se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenham reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
- Art. 36 - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, regulamento apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.
- Art. 37 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.
- Art. 38 - Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados, antes de receberem despachos, pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO IX DA PRESCRIÇÃO

- Art. 39 - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como à sua revisão, prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do ultimo dia do ano em que se tornarem devidos.  
Parágrafo único - O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de novo a correr a data em que se operou a notificação.
- Art. 40 - As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do término do exercício dentro do qual aqueles se tornarem devidos: a dívida ativa inferior a um décimo do salário Mínimo regional prescreve, porém em 2 (dois) anos contados do prazo de vencimento, se prefixado, e, no caso contrário da data em que foi inscrita.
- Art. 41 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:
- I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;
  - II - Pela concessão de prazos especiais para esse fim.
  - III - Pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;
  - IV - Pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.
- Art. 42 - Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo do salário mínimo regional, em que o prazo será de 2 (dois) anos.

## CAPITULO X

### Das imunidades e Isenções

- Art. 43 - Os impostos Municipais não incidem sobre (Emenda Constitucional nº 18):
- I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
  - II - templos de qualquer culto.
  - III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;
  - IV - O papel destinados exclusivamente à impressão de jornais periódicos e livros;
  - V - tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.
- § 1º - O disposto no número I deste artigo é extensivo às autarquias tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.
- § 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral for por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interesse comum.
- § 3º - A imunidade tributária de bens de imóveis dos templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.
- § 4º - As instituições de educação e assistência social somente gozarão da imunidade mencionada no número III, deste artigo, quando se tratar de sociedade civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.
- Art. 44 - São isentas de impostos Municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamentos



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 45 - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 / (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.
- § 1º - Endende-se com favor pessoal não permitido, a concessão, em lei de isenção de tributos a determinar pessoa física ou jurídica.
- § 2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.
- Art. 46 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivarem, será a isenção obrigatoriamente cancelada.
- Art. 47 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções expressamente estabelecidas neste código.

## CAPITULO XI

### Da Dívida Ativa .

- Art. 48 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- Art. 49 - Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.
- Art. 50 - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais / por contribuintes.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.
- Art. 51 - O município fará publicar, no seu órgão oficial, ou pelos / meios habituais, nos 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição e durante 5 (cinco) dias, relação contendo:
- I - nome dos devedores e endereço relativo à dívida;
- II - Origem da dívida e seu valor
- PARÁGRAFO ÚNICO - Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida Ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial, à medida que forem sendo extraídas, as certidões relativas aos débitos.
- Art. 52 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticada pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:
- Iº - O nome do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicilio ou residência de um ou de outros;
- II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;
- III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora / acrescidos;
- IV - a data em que foi inscrita;
- V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.
- PARÁGRAFO ÚNICO - A certidão, devidamente autenticada, conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.





# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 53 - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:
- I - legalmente prescritos;
  - II - de contribuinte que hajam falecidos sem deixar bens que exprimam valor.
- PARÁGRAFO ÚNICO - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem / aprovadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.
- Art. 54 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou / consequentes, serão reunidas em um só processo.
- Art. 55 - As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 52 deste Código.
- Art. 56 - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos escrevães ou advogados, com visto do órgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.
- PARÁGRAFO ÚNICO - A partir da data da publicação da relação começara a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido esse prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva.
- Art. 57 - As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente, conterão:
- I - o nome do devedor e seu endereço;
  - II - o número de inscrição da dívida;
  - III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;
  - IV - a multa os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeitos o débito;
  - V - as custas judiciais.
- Art. 58 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária.
- PARÁGRAFO ÚNICO - verificada a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obfígado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.
- ART; 59 - O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosas, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.
- ART. 60 - É solidariamente responsável com o servidor, quando a reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora, e à correção monetária mencionados nos artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.
- ART. 61 - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência (competência) do órgão fazendário para agir ou decidir quando a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO XII DAS PENALIDADES

### Seção Ia.

#### Disposições Gerais

- Art. 62 - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos Municipais, as infrações a este Código serão punidos com as seguintes penas:
- I - Multa;
  - II - proibição de transacionar com as repartições Municipais;
  - III - sujeição a regime especial de fiscalização;
  - IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.
- Art. 63 - A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, Criminal ou administrativo, e o seu cumprimento, em caso algum dispensem o pagamento do tributo devido e das multas, da correção monetária e dos juros de mora.
- Art. 64 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.
- Art. 65 - A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos da lei.
- § 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.
- § 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.
- § 3º - Conceitua-se também como fraude e não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado este antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadadora competente.
- Art. 66 - A co-autoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código, implica os que a praticarem em responderem solidariamente com os autores pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a este.
- Art. 67 - Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição deste Código pela mesma pessoa, será aplicada somente a pena correspondente à infração mais grave.
- Art. 68 - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.
- Art. 69 - A sanção às infrações das normas estabelecidas neste código será, no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento).
- PARÁGRAFO ÚNICO - Considerar-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.
- Art. 70 - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO 2ª Das Multas

- Art. 71 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.  
PARÁGRAFO ÚNICO - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:
- a) - a maior ou menor gravidade da infração;
  - b) - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
  - c) - os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código e de outras leis e regulamentos Municipais.
- Art. 72 - É passível de multa de dois décimos do salário mínimo regional a uma vez o valor deste, o contribuinte ou responsável que:
- I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;
  - II - deixar de fazer a inscrição, no cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação Municipal;
  - III - apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação Municipal, com omissões ou dados inverídicos;
  - IV - deixar de comunicar, dentro dos prazos, previstos, as alterações ou baixas que implicarem, digo, baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
  - V - deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;
  - VI - deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal;
  - VII - negar-se a exhibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.
- Art. 73 - É passível de multa de .....dois (2).....décimo do salário mínimo regional a .....uma.....vez o valor deste o contribuinte ou responsável que:
- I - apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;
  - II - negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interesses da Fazenda Municipal;
  - III - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a êle referente.
- Art. 74 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuizos de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.
- Art. 75 - ressalvadas as hipóteses do art. 89 deste Código, serão punidos com:
- I - multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a dois décimos do salário-mínimo regional, os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;
  - II - multa de importância igual a duas vezes o valor do tributo, mas nunca inferior a dois décimos do salário-mínimo regional, os que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;
  - III - multa de 2 décimos do salário-mínimo regional a uma vez o valor deste:



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

- a) - os que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;
  - b) - os que instruírem pedidos de isenção ou redução de imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade.
- § 1º - As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.
- § 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.
- § 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas;
- a) - contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições Municipais;
  - b) - manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;
  - c) - remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculos de obrigações tributárias;
  - d) - omissão de lançamentos nos livros, fichas, declarações ou guias de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

## SEÇÃO 3ª (SEÇÃO 3ª)

Da proibição de transacionar com as repartições Municipais

- Art. 76 - Os contribuintes que estiverem em débitos de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

## SEÇÃO 4ª

Da sujeição a Regime Especial de Fiscalização

- Art. 77 - O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste Código e em outras leis e regulamentos Municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.
- Art. 78 - O regime especial de fiscalização de que trata este capítulo será definido em regulamento.

## SEÇÃO 5ª

Da suspensão ou cancelamento de isenções

- Art. 79 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos Municipais e infringirem disposições deste Código ficarão privadas, por um exercício, da concessão e, no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.
- § 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do art. 69 deste Código.
- § 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO 6ª

### Das Penalidades Funcionais

- Art. 80 - serão punidos com multa equivalente a.....dias do respectivo vencimento ou remuneração:
- I - os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada na forma deste Código;
  - II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade.
- Art. 81 - As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos funcionários Municipais.
- Art. 82 - O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs (impôs).

## TITULO II

### Do Processo Fiscal

## CAPITULO I

### Das medidas Preliminares e Incidentes

## SEÇÃO 1ª

### Dos termos de Fiscalização

- Art. 83 - A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual contará, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.
- § 1º - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.
  - § 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticada pela autoridade, contra recibo no original.
  - § 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.
  - § 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração mediante a declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, devidos pela lei civil.

## SEÇÃO 2ª

### DA APREENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS

- Art. 84 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas ou profissionais, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas neste Código em lei ou regulamento.
- PARÁGRAFO UNICO - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, se prejuizos das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 85 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 96 deste Código.  
PARAGRAFO ÚNICO - O auto de apreensão conterà a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositante o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no proprio detentor, se fôr idôneo, a juizo do autuante.
- Art. 86 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a êsse fim.
- Art. 87 - As coisas apreendidas serão restituídas a requerimento/mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão, os espécies necessários à prova.  
PARAGRAFO ÚNICO - Em relação à matéria deste artigo, applicase, no couber, o disposto nos artigos 120 à 122 - deste Código.
- Art. 88 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências/legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.  
§ - 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração a hasta pública ou o leilão poderá realizar-se a partir do proprio dia da apreensão.  
§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo/ e à multa devidos,, será autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já amão houver comparecido para fazê-lo.

## SEÇÃO 3ª

### Da Notificação Preliminar

- Art. 89 - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra/ o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) ~~horas~~ dias, regularizê a situação.  
§ 1º - Esgotado o prazo de que trata êste artifo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.  
§ 2º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.
- Art. 90 - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário proprio, no qual ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado, e conterà os elementos seguintes:  
I - nome do notificado;  
II - local, dia e hora da lavratura;  
III - descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fisealização, quando couber;  
IV - valor do tributo e da multa devidos;  
V - assinatura do notificante.  
PARAGRAFO ÚNICO - Aplicam-se a êste artifo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 83.
- Art. 91 - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado; digo 7 notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 92 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:
- I - quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;
  - II - quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
  - III - quando fôr manifesta o ânimo de sonegar;
  - IV - quando incidir em nova falta de qua poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

## SEÇÃO 4ª

### Da Representação

- Art. 93 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.
- Art. 94 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indícios elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Não se admitirá representação feita / por quem haja sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.
- Art. 95 - Recabida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autua-lo-á ou arquivará a representação.

## CAPÍTULO II

### Dos Atos Iniciais

#### SEÇÃO 1ª

#### Do Auto de Infração

- Art. 96 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:
- I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;
  - II - referir ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;
  - III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao termo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando fôr o caso;
  - IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.
- § 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.
- § 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão nem a recusa agravará a pena.
- § 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circun-



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 97 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão e então conterá, também, os elementos deste (artigo 85 e parágrafo único).
- Art. 98 - Da labratura do auto será intimado o infrator:
- I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
  - II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;
  - III - por edital, com prazo de 30(trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.
- Art. 99 - A intimação presume-se feita:
- I - quando pessoal, na data do recibo;
  - II - quando por carta, na data do recibo de volta, e se for esta omitida, 15(quinze) dias após a entrega da carta no Correio;
  - III - quando por edital, no termo do prazo, contado este / da data da afixação ou da publicação.
- Art. 100 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo e por carta ou edital, conforme as circunstância, observado o disposto nos artigos 98 e 99 deste Código.

## SEÇÃO 2ª

### Das Reclamações Contra Lançamento

- Art. 101 - O contribuinte quem não concordar com lançamento poderá reclamar no prazo de 20(vinte) dias, contados da publicação no órgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.
- Art. 102 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.
- Art. 103 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.
- Art. 104 - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados

## CAPÍTULO III

### Da defesa

- Art. 105 - O autuado apresentará defesa no prazo de 20(vinte) dias, contados da intimação.
- Art. 106 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo, contra recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10(dez) dias para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte.
- Art. 107 - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo os casos, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).
- Art. 108 - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar a defesa, no prazo de 10(dez) dias, contados da data em que receber o processo.

## CAPÍTULO IV

### Das Provas





# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO IV DAS PROVAS

- Art. 109 - Findos os prazos a que se referem os artigos 105 e 106 d'êste código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas / que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entenderá necessárias e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas.
- Art. 110 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior; quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamentos pelo funcionário (funcionário) da fazenda, ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.
- Art. 111 - Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, requerir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamentos.
- Art. 112 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo da diligência, para serem apreciadas no julgamento.
- Art. 113 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos / das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

## CAPITULO V Da Decisão em Primeira instância

- Art. 114 - Findo o prazo para a produção de provas, ou preterido o direito de apresentar a defesa, o processo, será presente á autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) / dias.
- § 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo d'êste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.
- § 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.
- § 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acôrdo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.
- § 4º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, aboservando o disposto no capítulo IV e prosseguindo-se na forma d'êste Capítulo, na parte aplicável.
- Art. 115 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.
- Art. 116 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância .



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPITULO VI DOS RECURSOS

### Do Recurso Voluntário.

- Art. 117 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, / contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações contra lançamentos.
- Art. 118 - É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a / mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

### SEÇÃO 2ª

#### Da garantia de Instância

- Art. 119 - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante será encaminhado ao Prefeito, sem o prévio depósito de metade das quantias exigidas, extinguindo-se o direito / recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.
- PARÁGRAFO ÚNICO - São dispensados de depósito os servidores públicos que recorrerem de multas impostas com fundamento no art. 84 deste Código.

- Art. 120 - Quando a importância total do litígio exceder de ..... vezes o salário mínimo regional, se permitirá a prestação de fiança para interposição do recurso voluntário, requerida no prazo a que se refere o artigo 117 deste código.

§ - 1º - A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração ou pela caução de título da dívida pública.

§ - 2º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar, com a expressa aquiescência deste e, se for casado, também de / sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ - 3º - A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 / (oito) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos títulos não fôr suficiente para a liquidação do débito.

- Art. 121 - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de estimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não se admitirá como fiador o sócio solidário, quotista ou comanditário da firma recorrente nem, devedor da Fazenda Municipal.

- Art. 122 - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo fôr maior.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO 3ª DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 123 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo sempre, 7 que a importância em litígio exceder de uma vez o salário mínimo regional.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscrever a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em peripação encaminhada por intermédio daquela autoridade.

## CAPÍTULO VII Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 124 - As decisões definitivas serão cumpridas:

- I - Pela notificação do contribuinte e, quando fôr o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e, em consequência receberem os títulos depositados em garantia da instância;
- II - Pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;
- III - Pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;
- IV - pela notificação do contribuinte para receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando satisfeito o pagamento no prazo legal;
- V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no art. 88 e seus parágrafos, deste Código;
- VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa de certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os números I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Art. 125 - A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação, e, deduzidas as despesas legais da venda, inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á em tudo o que couber, de acordo com o art. 124, número IV, e com o § 3º do art. 120, deste Código.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## T I T U L O    I I I

### Do Cadastro Fiscal

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

- Art. 126 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:
- I - o cadastro Imobiliário;
  - II - o Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes;
  - III - o Cadastro (Imobiliário) dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza;
  - IV - o Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores.
- § 1º - O Cadastro Imobiliário compreende:
- a) - os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização.
  - b) - as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas, nas áreas urbanas e urbanizáveis.
- § 2º - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes compreende os estabelecimentos de produção inclusive agropecuários, de indústrias e de comércio, habituais e lucrativas, exercidas no âmbito do Município, em conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional e da Lei estadual relativa ao imposto incidente sobre a circulação de mercadorias.
- § 3º - O Cadastro dos Prestadores de Serviço de qualquer natureza compreende as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimentos fixos, de serviço sujeito à tributação municipal.
- § 4º - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores/compreende o registro geral, para fins de identificação da propriedade ou da posse, de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcações e elevadores sujeitos ao licenciamento e à tributação pelas autoridades municipais, para uso ou tráfego.
- § 5º - Ficam igualmente sujeitos à inscrição do Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores os bens destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação, desde que lhes sejam facultado transitar em vias terrestres.
- Art. 127 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aqueles que, individualmente ou sob qualquer razão social de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.
- Art. 128 - O poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes, de âmbito federal, para melhorar a caracterização de seus registros.
- Art. 129 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO II

### Da Inscrição no Cadastro Imobiliário

- Art. 130 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:
- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
  - II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
  - III - pelo promissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;
  - IV - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;
  - V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;
  - VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.
- Art. 131 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel conforme modelo fornecido pela Prefeitura.
- § 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel.
- § 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.
- § 3º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.
- Art. 132 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância/bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 133 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhada de uma planta completa, em / escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.
- Art. 134 - Os responsável por loteamentos ficam obrigados a fornecer no mês de janeiro de cada ano, ao órgão Fazendário competente, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no cadastro imobiliário.
- Art. 135 - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculos do lançamento dos tributos municipais.
- PARÁGRAFO ÚNICO - A comunicação a que se refere este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à Alteração respectiva na ficha de inscrição.
- Art. 136 - A concessão de "HABITE-SE" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se / completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição do cadastro Imobiliário.

## CAPITULO III

Da inscrição no cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes.

- Art. 137 - A inscrição no cadastro de produtores, Industriais e comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente a ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

PARÁGRAFO ÚNICO - Entende-se por produtor, Industrial ou comerciante, para os efeitos de tributação Municipal do Imposto incidente sobre a circulação de mercadorias, aquelas pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas como responsável pelo tributo, pela legislação estadual e regulamentos.

- Art. 138 - A ficha de inscrição do cadastro de Produtores industriais e comerciantes deverá conter:

- I - o nome, a razão social, ou a denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercidos os atos de comércio, produção e indústria;
- II - a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural compreendendo a numeração, seja na zona urbana ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a ele sujeita ;
- III - as espécies principal e acessórias da atividade;



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- IV - a área total do imóvel, ou de parte d'êle, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;
- V - outros dados previstos em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

- a) - quanto aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;
- b) - quanto aos já existentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência d'êste Código.

Art. 139- A inscrição deverá ser (feita) permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem, as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 140 - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser anotada no Cadastro.

PARÁGRAFO ÚNICO - A anotação do Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria ou comércio.

Art. 141 - Para os efeitos d'êste capítulo considerase estabelecimento o local, fixo ou não, de exercício de qualquer atividade de produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço.

Art. 142 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

- I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

## CAPÍTULO IV

Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza

Art. 143 - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza será feita pelo responsável/empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local, em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviços.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO V

### Da Inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores

Art. 144 - A inscrição de veículos e aparelhos automotores/ no Cadastro Fiscal da Prefeitura será promovida/ pelos proprietários ou possuidores, a qualquer / título, mediante preenchimento e entrega na rep- partição competente de ficha própria que os cara- cterísticas, digo caracterize.

PARÁGRAFO ÚNICO - A inscrição de que trata êste/ artigo deverá ser permanentemente atualizada, fi- cando os proprietários ou possuidores dos veícu- lo e aparelhos automotores obrigados a comuni- car à repartição competente, para êsse fim, tôdas as modificações que ocorrerem nas suas caracteris- ticas, assim como transferências de posse ou do- mínio.

## PARTE ESPECIAL

### TÍTULO IV

#### Do Imposto sôbre a Propriedade Territorial Urbana

### CAPÍTULO I

#### Da Incidência, das Isenções e das Reduções

Art.145 - O imposto territorial urbano tem como fato gera- dor a propriedade, o domínio útil ou a posse de # terrenos, construídos ou não, localizados nas zo- nas urbanas do Município.

§ 1º - Para os efeitos dêste imposto, entende-se como zo- nas urbanas as definidas em ato do Poder E<sup>x</sup>ecutivo observando o requisito mínimo da existênciã de pe- lo menos dois dos seguintes melhoramentos:

- a) - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) - abastecimento de água;
- c) - sistema de esgotos sanitários;
- d) - rêde de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição dominiliar;
- e) - escola primária ou pôsto de saúde, a uma distância máxima de 3(três) quilômetros do imóvel considera- do.

§ 2º - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos/ aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fóra dasz zonas definidas nos têrmos do parágrafo anterior.

Art.146 - São isentosdo imposto territorial urbano os ter- renos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Art.147 - Aos propriedades de terrenos com área não inferi- or a 20.000(vinte mil) metros quadrados, que nêles tenham promovidos os melhoramentos abaixo especi- ficados, sem ônus para os cofres municipais, pôde- rão ser concedidas, pelo prazo máximo de 5(cinco) ânas, reduções do impôsto devido, na forma seguin-

te:





# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

- I - canalização de água potável. . . . . 10%;
- II - esgotos. . . . . 10% ;
- III - pavimentação . . . . . 10% ;
- IV - canalização ou galerias para águas plu  
viais. . . . . 5%;
- V - guias e sargetas . . . . . 5% ;

PARÁGRAFO ÚNICO - A redução será proporcional à extensão de testada correspondente ao melhoramento efetivamente executada.

- Art.148 - O imposto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais a ela relativos do compromissário comprador se este estiver na posse do imóvel.

## CAPÍTULO II

### Da Aliquota e Base de Cálculo

- Art.149 - O imposto territorial urbano será cobrado na base de 6% (.....por cento) sôbre o valor venal/do terreno.

PARÁGRAFO ÚNICO - O imposto territorial urbano qe que incide sôbre o terreno construído será reduzido de 80% (oitenta por cento), quando o seu proprietário nêle redidir e desde qua não possua outro imóvel no Município.

- Art. 150 - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário,/levando-se em conta a critério da repartição, os seguintes elementos:

- I - o valor declarado pelo contribuinte;
- II - o índice médio de valorização correspondente à / zona em que esteja situado o imóvel;
- III - o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;
- IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e / outras características do terreno.
- V - quaisquer outros dados informativos obtidos pe--las repartições competentes.

- Art.151 - Na determinação da base de cálculo não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

- Art. 152 - O critério a ser utilizado para a apuração dos / valores que servirão de base de cálculo para lançamentos do imposto territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

- Art. 153 - O mínimo do imposto territorial urbano será de..  
..... centésimos do salário-mínimo regional.

## CAPÍTULO III

### Do Lançamento e da Arrecadação

- Art. 154 - O lançamento do imposto territorial urbano, sem--pre que possível, será feito em conjunto com o dos demais tributos que recaem sôbre o imóvel, tomando-se por base a situação existentes ao encerrar-se o exercício anterior.



# Prefeitura Municipal de Icó

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 155 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.
- § 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.
- § 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.
- § 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio, e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.
- § 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobreestado, serão lançados em nome do mesmo que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.
- § 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação, será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.
- § 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se este estiver na posse do imóvel.
- Art. 156 - O lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.
- § Único - O lançamento será anual e o recolhimento se fará no número de quotas que o regulamento fixar.

## TÍTULO V

### Do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana

#### CAPÍTULO I

##### Da Incidência e das Isenções

- Art. 157 - O Imposto Predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do Município.
- § 1º - Considera-se prédios, para os efeitos deste artigo, todas as edificações ou construções que possam servir à habitação, ao uso ou recreio, seja qual for sua denominação, forma ou destino.
- § 2º - Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana a definida nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 145 deste Código.
- Art. 158 - São isentos do imposto os prédios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

#### CAPÍTULO II

##### Da Aliquota e Base de Cálculo

- Art. 159 - O imposto será cobrado na base de 1-1/2% (um e meio por cento), sobre o valor venal da edificação ou cons



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

trupão, com exclusão do terreno.

PARÁGRAFO ÚNICO - O impôsto predial que indide sôbre o valor venal da edificação ou construção será reduzido de 30% (trinta por cento), quando, seu proprietário nêle residir e desde qua não possua outro imóvel no Municipio.

Art.160-O valor venal da edificação ou construção será calculado levando-se em conta os seguintes fatôres:

- I - a área construida;
- II - o valor unitário da construção;
- III - o estado de conservação da edificação.

Art. 161 - O critério ser(uso) utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto predial será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mínimo do impôsto predial será/ de 4 centésimos de salário-mínimo regional.

## CAPÍTULO III

### Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 162 - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito, sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sôbre o terreno em que estejas situado o prédio, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício/ anterior e observando-se, no que couber, o disposto no capítulo III do Título IV d'este Código.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Art. 163 - O lançamento e recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

## TÍTULO VI

### Do Imposto Municipal sôbre a Circulação de Mercadorias.

#### CAPÍTULO I

##### Da Incidência e das Isenções

Art. 164 - O impôsto municipal sôbre a circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída desta de estabelecimento produtor, industrial ou comercial, situado no território do Municipio, e será cobrado com vaze na legislação estadual pertinente.

Art. 165 - O imposto incidirá igualmente nas operações que forem objetos de isenção estadual, assim como nos casos em que da lei estadualã resultar o respectivo difirimento, para a operação subsequente realizada fora do território do Municipio.

§ 1º - Nas hipóteses previstas neste artigo, o Municipio / cobrará o imposto como se a operação fôsse tributada pelo Estado nos t'ermos da legislação d'este. aplicando-se a alíquota do impôsto municipal.

§ 2º - Poderá deixar de ser aplicado o disposto neste artigo se, em virtude de convênio celebrado com o Estado, ficar assegurado ao Municipio e ressarcimento do montante correspondente.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO II

Da Aliquota, da Base de Cálculo e do Recolhimento

Art. 166 - A base de cálculo do imposto é o montante devido ao Estado, a título de imposto de circulação de mercadorias e respectivos adicionais, sendo a alíquota de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO - A alíquota referida no artigo anterior será uniforme para todas as mercadorias.

Art. 167 - O imposto será recolhido por guia, nos mesmos prazos estabelecidos para o recolhimento do imposto estadual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Estado convênio para arrecadação do imposto municipal juntamente com o imposto estadual sobre a circulação de mercadorias.

## CAPÍTULO III

Das Penalidades e das Multas

Art. 168 - As infrações à legislação deste imposto serão punidas pela autoridade municipal com multas equivalentes a 30% (trinta por cento) do montante que resultaria da aplicação de legislação estadual a infração idêntica.

## TÍTULO VII

Do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza.

## CAPÍTULO I

Da Indidênciã e das Isenções

Art. 169 - O imposto sobre os serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não configure, por si só, fato gerador de imposto de competência da União ou dos Estados.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço:

a) - o fornecimento de trabalho, ou a prestação de serviços com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores / finais;

b) - a locação de bens móveis;

c) - a locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza.

§ 2º - As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas de fornecimento de mercadorias, serão consideradas:

a) - de caráter misto, se o fornecimento de mercadorias for superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta média mensal do estabelecimento;

b) - como representando exclusivamente prestação de serviço, nos demais casos.

§ 3º - Parágrafo 3º - Excluem-se do disposto neste artigo os serviços de transporte e comunicações, salvo os de caráter estritamente municipal.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 170 - São isentos do imposto:

- I - os assalariados, como tais definidos pelas leis trabalhistas e pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos tácitos ou expressos, de prestação de trabalho a terceiros;
- II - os diretores de sociedades anônimas por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedades civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios quotistas acionistas ou participantes;
- III - os servidores públicos federais, estaduais, Municipais e autárquicos, inclusive os inativos, apartados pelas respectivas legislações que os definam nessa situação ou condição.

## CAPITULO II

### Da Aliquota da base de calculo

- Art. 171 - O imposto serão calculados sobre o preço do serviço ou sobre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.  
Paragrafo unico - No caso da letra a do § 2º do art. 169 o imposto será calculado sobre 50% (cinquenta por cento) da receita bruta.
- Art. 172 - O imposto será cobrado por meio de alíquotas percentuais, de acordo com a Tabela I, anexo a este Código.
- Art. 173 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos ao imposto não merecerem fé pelo fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:
- I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;
  - II - folha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerente;
  - III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dele e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;
  - IV - despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.
- Art. 174 - O disposto no art, 171 a 173 não se aplica nos casos em que a receita bruta corresponder, exclusivamente, à remuneração de trabalho pessoal do contribuinte.  
Parágrafo unico - Na hipótese deste artigo, o imposto, será cobrado por meio de alíquotas fixas de acordo com o disposto na Tabela I, anexo a este Código.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO III

### Do Lançamento e do Recolhimento

- Art. 175 - O imposto será recolhido por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo, forma e prazos estabelecidos no regulamento.
- Art. 176 - Os contribuintes sujeitos ao imposto com base na receita bruta mensal manterão, obrigatoriamente, sistemas de registro do valor dos serviços prestados na forma do regulamento.
- Art. 177 - O montante do imposto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:
- I - quando o contribuinte deixar de apresentar a / guia com omissão dolosa ou fraude:, digo apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar.
  - II - quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou fraude:
  - III - quando inexisterem os registros a que se refere o artigo ou fôr dificultado o exame dos mesmos.
- Art. 178 - O procedimento do ofício de que trata o artigo / anterior prevalecerá at' prova em contrário, feita antes do lançamento de imposto.
- Art. 179 - O lançamento do imposto de serviço será feito na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro dos Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza, de que trata o Capítulo IV, Título III, deste Código.
- Art. 180 - Consideram-se empresas distintas, para efeito de lançamento e cobrança do imposto:
- I - as que, ~~em~~ no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a duas / físicas ou jurídicas;
  - II - as que, ~~em~~ pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais / diversos.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.
- Art. 181 - As pessoal físicas ou jurídicas, que, na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem / sujeitas à incidência do imposto serão lançadas a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.
- Art. 182 - As empresas ou profissionais autônomos de prestação de serviço de qualquer natureza, que desempenham atividades classificadas em mais de um dos grupos de atividades constantes das tabelas / anexas a este Código, estarão sujeitos ao imposto com base na alíquota imediatamente inferior à mais elevada e correspondente a uma dessas atividades.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 183 - No caso de diversões públicas e outros serviços/ cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto poderá ser recolhido por meio de estampilhas, conforme dispuser o regulamento.

## T I T U L O VIII

### Das Taxas

#### CAPÍTULO I

##### Da Incidência e das Isenções

- Art. 184 - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

- I - de aferição de pesos e medidas;
- II - de licença;
- III - de expediente e serviços diversos;
- IV - de serviços urbanos.

- Art. 185 - São isentos de taxas de serviços urbanos:

- I - os próprios federais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- II - os templos de qualquer culto.

- Art. 186 - São isentos da taxa de licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal.

#### CAPÍTULO II

##### Da Taxa de Aferição de Pesos e Medidas.

- Art. 187 - A taxa de Aferição de Pesos e Medidas, de balanças, (pesos e) recai sobre as pessoas físicas e jurídicas que no exercício de atividade lucrativa, medir ou pesar qualquer artigo destinado a venda utilizado pelo público, e será arrecada na conformidade da tabela anexa a este Código.

- Art. 188 - As pessoas referidas no artigo anterior são obrigadas a possuir medidas, pesos, balanças e outros aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir, devidamente aferidos na Prefeitura.

PARÁGRAFO ÚNICO - A aferição de que trata este artigo se processará nos termos e condições previstos na lei de posturas municipais, observada a a legislação federal respectiva.

- Art. 189 - As aferições serão feitas anualmente, ou quando necessário, no decurso do exercício, e se processarão:

- I - na repartição competente, quando se tratar de início de atividade que, por sua natureza, estejam obrigadas ao uso de pesos, balanças, medidas ou qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir;
- II - a domicílio, nos estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviço na forma declarada em instruções ou nas posturas municipais;
- III - na repartição competente, quando se tratar de pesos, medidas e balanças usadas por ambulantes.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 190 - O uso de pesos, medidas e balanças, inclusive de quaisquer instrumentos ou aparelhos de pesar ou medir, não aferidos previamente ou, ainda, a falta ou adulteração dos mesmos, constituirão infração passível das penalidades previstas no Capítulo XII, Título I deste Código.

## CAPITULO III

Das taxas de licença

Secção 1ª.

Disposições Gerais

- Art. 191 - As taxas de licença têm como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades Municipais.
- Art. 192 - As taxas de licença são exigidas para:
- I - localização de estabelecimentos de produção comércio industria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município;
  - II - renovação da licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, industria ou prestação de serviços;
  - III - Funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais.
  - IV - Exercício na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante;
  - V - execução de obras particulares;
  - VI - execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares;
  - VII - tráfego de veículos e outros aparelhos automotores;
  - VIII - publicidade;
  - IX - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.
  - X - abate de gado fora do matadouro Municipal.
- Art. 193 - Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, industria ou de prestação de serviços ou definidos nos arts 137 e 143 deste Código.

### SEÇÃO 2ª

Da taxa de licença para localização de Estabelecimento de Produção Comércio, Industria e Prestação de serviços

- Art. 194 - Nenhum estabelecimento de produção, comércio industrial ou prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar - se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

Parágrafo único - As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União, ou do Estado não estão isentas da taxa de que trata este artigo.





# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 195 - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade.
- § 1º - A taxa será cobrada na base de 1/4% (1 quarto por cento) sobre o valor do capital registrado do estabelecimento ou, na sua falta, do capital social total arbitrado pela autoridade municipal.
- § 2º - Entende-se por capital social total do empreendimento a soma dos capitais próprios e alheios, demonstrados contabilmente, pelos responsáveis ou seus representantes legais.
- Art. 196 - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para esse fim no Título III, deste Código.
- Art. 197 - A licença para localização e instalação inicial é concedida mediante despacho, expedindo-se o Alvará respectivo.
- Art. 198 - A taxa de licença de que trata esta Seção independente de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial, concedida depois de 30 de junho, será arrecadada pela metade.

## SEÇÃO 3ª

Da Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

- Art. 199 - Além da taxa de licença para localização, os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para localização.
- Art. 200 - A taxa de renovação de licença para localização será cobrada na base de 1/4% (1 quarto por cento) sobre o valor do capital do estabelecimento, atualizado pelo Cadastro Fiscal da Prefeitura.
- Art. 201 - O alvará de licença será cobrado também renovado anualmente e fornecido independente de novo requerimento, desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e esteja inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura.
- Art. 202 - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do Alvará de que trata o artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Alvará de licença será conservado em lugar visível.



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 203 - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.
- § 1º - A interdição será procedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.
- § 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas.
- Art. 204 - Far-se-á anualmente, o lançamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamentos.

## SEÇÃO 4ª

Da taxa de licença para funcionamento em Horário Especial.

- Art. 205 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.
- Art. 206 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês ou ano, de acordo com a tabela anexa a este Código, e arrecadada antecipada e independentemente de lançamento.
- Art. 207 - É obrigatória a fixação, junto do Alvará de licença de localização em local visível e acessível à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste código.

## SEÇÃO 5ª

Da taxa de licença para o Exercício de comércio Eventual ou ambulante

- Art. 208 - A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.
- § 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pela Prefeitura.
- § 2º - É considerado também, como comércio eventual o que é exercido em instalações removíveis colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcoes, barracas, mesas, taboleiros e semelhantes.
- § 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.
- Art. 209 - Serão definidas em regulamentos as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos.
- Art. 210 - A taxa de que trata esta seção será cobrada de acordo com a tabela a este Código e na conformidade do respectivo regulamento observados os seguintes prazos:
- I - antecipadamente, quando por dia.
- II - até o dia 5 (cinco) do mês em que for devida quando mensalmente.
- III - durante o primeiro mês do semestre em que for devida quando pro ano;



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 211 - O pagamento da taxa de licença para o exercício/ de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação de solo.
- Art. 212 - É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo para Prefeitura fornecido.
- § 1º - Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.
- § 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por êle exercida.
- Art. 213 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitações de incidência da taxa/ destinado a basear a cobrança desta.
- Art. 213 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa, destinado a basear a cobrança desta.
- Art. 214 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as merdadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.
- Art. 215 - São isentos da taxa de licença para o exercício/ do comércio eventual ou ambulante.
- I - os cegos e mutilados que exercerem comércio ou / indústria em escala ínfima;
  - II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
  - III - os engraxates ambulantes.

## SEÇÃO 6ª

Da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares.

- Art. 216 - A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios e/ muros ou qualquer outra obra, dentro das áreas do Município.
- Art. 217 - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.
- Art. 218 - A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com tabela anexa a este Código.
- Art. 219 - São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:
- I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou gradis;
  - II - a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

## SEÇÃO 7ª

### Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares

- Art. 220 - a taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da lei, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamentos ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município.
- Art. 221 - Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta Seção.
- Art. 222 - A licença concedida constará de Alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.
- Art. 223 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a tabela anéxa a este Código.

## SEÇÃO 8ª

### Da Taxa de Licença para o Tráfego de Veículos

- Art. 224 - A taxa de licença para o tráfego de veículos é devida por todas as proprietários ou possuidores de veículo / em circulação ~~no~~ no Município, e será cobrada anualmente, de conformidade com a tabela anéxa a este Código.
- Art. 225 - O pagamento da taxa será feito de um só vez, anualmente antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veículo licenciado pela primeira vez, no segundo semestre do exercício.
- Art. 226 - A baixa do veículo, no registro, quando requerida depois do mês de janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.
- Art. 227 - São isentos da taxa para o tráfego de veículos:
- I - os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos/lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos;
  - II - os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores;
  - III - pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros Municípios.

## SEÇÃO 9ª

### Da Taxa de Licença para Publicidade

- Art. 228 - A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, nem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e, quando for o caso, ao pagamento da taxa devida.
- Art. 229 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:
- I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, al-falantes e propagandistas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compreende-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda/ que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visível da via pública.

Art. 230 - Respondem pela observância das disposições desta Seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais/ direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Art. 231 - Sempre que a licença depender de requerimento, este / deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização/ do proprietário.

Art. 232 - Ficam os anunciadores obrigados a colocar nos painéis e anúncios, sujeitos à taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 233 - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem ficando, por isso, sujeitos à revisão da repartição / competente.

Art. 234 - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo/ o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anéxia a este Código.

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento), da taxa, os anúncios de qualquer natureza referentes a / bebidas alcoólicas, bem como os redigidos em língua / estrangeira,

§ 2º - A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será/ paga no prazo estabelecido em regulamento.

Art. 235 - São isentos de taxa de licença para publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas.

III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes vitrines internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO 10ª

Da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros publicos.

- Art. 236 - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barracas, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículo em locais permitidos.
- Art. 237 - Sem prejuizo do tributo e multa devidos a Prefeitura / apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros publicos sem o pagamento da taxa de que trata esta seção.

## SEÇÃO 11ª

Da taxa de licença para abate de gado fora do matadouro Municipal.

- Art. 238 - O abate de gado destinado ao consumo publico quando não for feito no matadouro Municipal se será permitido mediante licença da Prefeitura precedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais.
- Art. 239 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código.
- Art. 240 - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charqueadas, frigorificos ou outros estabelecimentos semelhantes, fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo quando o gado cuja carne fresca se destinar ao consumo local, ficando o abate nesse caso, sujeito ao tributo.
- Art. 241 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença ou no caso do artigo anterior ao ser a carne distribuída ao consumo local.
- Art. 242 - Fica sujeito às penalidades previstas neste código e nas posturas municipais quem abater gado fora do Matadouro Municipal, sem prévia licença da Prefeitura e pagamento das taxas devidas.

## CAPITULO IV

Das taxas de Expedientes e Serviços Diversos

### Seção 1ª

Da taxa de Expediente .

- Art. 243 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição e documentos as repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades Municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o Municipio.
- Art. 244 - A taxa de que trata este capitulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do Governo Municipal, e será cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código.
- Art. 245 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for praticado assinado, ou visado ou em que o instrumento formal for protocolado expedido ou anexado desentranhado ou devolvido.
- Art. 246 - Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO 2ª DAS TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS

- Art. 247 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósitos de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento de cemitério, matadouro, água e esgoto e de vacina de caes, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:
- I - de numeração de prédios;
  - II - de apreensão de bens móveis ou semoventes e de mercadorias;
  - III - de alinhamento e nivelamento;
  - IV - de cemitério;
  - V - de matadouro;
  - VI - de água e esgoto;
  - VII - de vacina de caes.
- Art. 248 - A arrecadação das taxas de que trata esta seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acordo com as tabelas anexas a este Código.

### CAPITULO V

#### Da taxa de serviços Urbanos

- Art. 249 - A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância e será devido pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título de imóveis edificadas ou não localizados em logradouros beneficiados por esses serviços.
- Art. 250 - A taxa definida no artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.
- Art. 251 - A base de cálculo da taxa de serviços urbanos é o metro de testada do terreno multiplicada pelo número de serviços efetivamente prestados ou postos a disposição do contribuinte.
- Art. 252 - A alíquota da taxa de serviços urbanos será de 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) do salário mínimo region.
- Art. 253 - A taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários.

### TITULO IX

#### Da contribuição de Melhoria

### CAPITULO I

#### Disposições gerais

- Art. 254 - A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos:
- I - abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;
  - II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização ou iluminação de vias ou logradouros públicos bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- III - proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos d'água;
- IV - Canalização de água potável e instalação de rede elétrica;
- V - aterros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico.
- Art. 255 - Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:
- I - publicar previamente os seguintes elementos:
- a) - memorial descritivo do projeto;
  - b) - orçamento do custo da obra;
  - c) - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
  - d) - delimitação da zona beneficiada;
  - e) - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;
- II - fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer elemento referidos no número anterior.
- § 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.
- § 2º - Caberá o contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o nº I deste artigo.
- Art. 256 - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer título.
- Art. 257 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:
- I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração.
  - II - extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada, por, menos, dois terços dos proprietários interessados.
- Art. 258 - No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital empregado.
- Art. 259 - A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumível beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta desse elemento, tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos.
- Art. 260 - Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste Código serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura, as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.





# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

PARÁGRAFO ÚNICO - A dedução de superfícies ocupadas / por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada, sómentexse autorizaçãõ quando o domi---nio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

- Art. 261 - No cálculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente consideradas os imóveis constantes de loteamento aprovado ou fisicamente divididos em caráter definido.
- Art. 262 - Para efeito de cálculo e lançamentos da contribuição / de melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade / as áreas contíguas, de um mesmo proprietário, ainda / que provenientes de títulos diversos
- Art. 263 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, / quer de terreno e edificação será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de sua quotas.
- Art. 254 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a contribuição de melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A área reservada da a via ou logradouro interno, de serventia ~~de~~ ca dam, será pavimentada integralmente por conta dos pr o p r i e t á r i o s.
- Art. 265 - No caso de parcelamento de imóvel já lançado, poderá / o lançamento mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis / em que efetivamente se subdividir o primitivo.
- Art. 266 - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedade primitiva distribuída de forma que a soma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior.
- Art. 267 - As obras q que se refere o número II do artigo 257, / quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.
- § 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terço) do orçamento total previsto para a obra.
- § 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará também a caução que couber a cada interessado.
- Art. 268 - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.
- § 1º - Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão manifestar-se sobre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as d ú v i d a s e enganos a serem sanados.
- § 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que s r a t a este artigo.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 3º Não sendo prestadas, totalmente as cauções no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada não terá início devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º Em sendo prestadas tôdas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas as obras serão executadas precedendo-se daí em diante na conformidade dos dispositivos relativos a execução de obras do plano ordinário.

§ 5º - Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que, somada à das cauções prestadas, perfazão, o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções à receita respectiva, anotando-se no lançamento das contribuições a liquidação total do débito:

Art. 269 - Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previstos neste código.

Parágrafo unico - A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata este artigo.

Art. 270 - A contribuição de melhoria será paga de uma só vez quando inferior à metade do salário-mínimo regional ou quando superior a esta quantia em prestação mensal, semestrais, ou anuais, a juros de 8% (oito por cento), não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser inferior a 1 (um) ano nem superior a 5 (cinco) anos.

PARÁGRAFO UNICO - É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas com desconto dos juros correspondentes.

Art. 271 - Quando a obra for entregue gradativamente ao público a contribuição de melhoria, a juízo da Administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Art. 272 - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública municipal pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento em virtude da qual foi lançado.

Art. 273 - Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à contribuição de melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de emitir certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

Art. 274 - Não sendo fixada, em lei a parte do custo da obra ou melhoramento, a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-lo mediante decreto e observadas as normas estabelecidas neste Título.

Parágrafo unico - O Prefeito fixará, também os prazos de arrecadação necessários a aplicação da contribuição de melhoria.

Art. 275 - Não caberá a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas neste Título.

## CAPITULO II

Disposições Especiais sobre as obras de Pavimentação

Art. 276 - Entendem-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação propriamente dita da parte carroçável das vias e logradouros públicos e dos passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais como estudos topográficos, terraplanagem superficial, obras de escoamento local, guias, / pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos, quando contratados.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- Art. 277 - A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de pavimentação:
- I - em vias no todo ou em parte ainda não pavimentadas;
  - II - em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interesse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de melhor qualidade.
- § 1º - Nos casos de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente.
- § 2º - Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo, reorçado este último com vse nos preços do momento: reputar-se-á nullo, para êsse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material sílico-argiloso, macadame ou com simples apedregulamento.
- § 3º - Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição ser' calculada tomando-se por base tôda a diferença do custo entre os dois calçamentos?
- Art. 278 - O custo das obras de pavimentação, que vierem a ser executadas nos tēmos dos artigo anteriores, será, dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos marginais às vias e logradouros beneficiados, tocando 50% parte aos proprietários e 50% parte à Prefeitura e fazendo-se a distribuição da parte que toca aos proprietários, segundo o disposto no artigo 255 dêste Código.
- Art. 279 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietários marginal, não se tomará distância superior a 14 metros entre o meio-fio e o eixo da via ou logradouro, em se tratando de via carroçável de largura superior a 10 metros, correndo o excesso por conta da Prefeitura.
- Art. 280 - Assentado periodicamente o programa ordinário da pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes à elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos respectivos.
- Art. 281 - Aprovado o orçamentos de cada trecho típico e apurada a importância total a ser distribuída entre as áreas marginais, será verificada a quota correspondente a cada uma desta.

## CAPÍTULO III

Disposições Especiais sôbre as Obras de Construção de Estradas.

- Art. 282 - Entende-se por obras de construção de estradas os trabalhos de levantamento, locação, cortes, aterres/desaterros, terraplanagem, pavimentação, escoamento e suas respectivas obras de arte, como pontes, viadutos pontilhões, bboeiros, mata-burros e outras, e, quando se tratar de obras contratada, os serviços de administração.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

- § 1º - São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfálticas, poiiédrica ou a para lelepípedo, quando executadas em tódas a extensão de estrada, ligando um aglomeração urbana a outra.
- § 2º - São consideradas apenas de conservação as obras de construção de desvios, retificação parcial, construção de pontes, viadutos, pontilhões, mataburros e essaibramento em estradas existentes.
- Art.283 - A contribuição de melhoria exigida na forma dêste Capítulo destina-se, exclusivamente, à indenização parcial de despesas feitas com a construção de estradas municipais e será exigível dos proprietários de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes às obras realizadas na área rural do Município, quando da obra resultar benefícios para os mesmos.
- Art.284 - O custo das obras de construção de cada estrada, observadas as disposições constantes do Capítulo I/ deste Título, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos nas seguintes formas:
- I - um sexto(1/6) caberá aos proprietários dos terrenos marginais;
  - II - um duodécimo (1/12) caberá aos proprietários dos terrenos adjacentes ou não à estrada contruida, mas cujas propriedades passarem mediata ou imediatamente a ser servidas pela estrada e por ela beneficiadas;
  - III - o restante caberá à Prefeitura, à conta das quotas do Fundo Rodoviário, ou de outras verbas destinadas à construção de estradas.
- Art.285 - Quando a construção fôr solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, cobrar-se-á o custo total das obras mediante depósito prévio e integral do valor orçado.
- Art.286 - O cálculo das contribuição exigível de cada proprietário será feito nas seguintes bases:
- I - levantar-se-á um rol dos imóveis beneficiados diretamente e outro dos beneficiados indiretamente pela obra executada, contendo os nomes dos proprietários e os valôres venais de cada imóvel, excluindos os valôres das benfeitorias, devendo cada rol ser somado separadamente;
  - II - achar-se-ão, a seguir, separadamente, um sexto(1/6) e um duodécimo (1/12) do custo total das obras executadas;
  - III - dividindo-se o total de cada rol pela quantia correspondente a um sexto(1/6) ou um duodécimo (1/12) do custo da obra, conforme fôr o caso, obter-se-á um quociente que, dividndo pelo valor venal de cada terreno, dará a contribuição relativa a êsse terreno.
- Art.287- Aplicam-se quanto aos dondomínios, ao lançamento e à arrecadação desta taxa, as disposições constantes do Capítulo I dêste Título.-



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## T I T U L O X

### CAPITULO UNICO

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 288 - Salario minimo para os efeitos deste Código é o vigente no Municipio a 31 de dezembro de ano anterior aquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.  
Parágrafo unico - serao desprezadas as frações de 100 / (cem cruzeiros, até Cr\$ 50 (cinquenta cruzeiros), inclusive, e arredondadas para mais as parcelas superiores à referida fração ao ser considerado o salario minimo para os efeitos deste Código.
- Art. 289 - Serao desprezadas as frações de Cr\$ 1.000 (Hum mil cruzeiros) na apuração da base de cálculo dos impostos predial e territorial urbano.
- Art. 290 - Os créditos fiscais decorrentes de tributo de competência municipal vigente até 31 de dezembro de 1.966, ficarao / preservados em lei orçamento independentemente de sua / inscrição, na Divida Ativa do Municipio.
- Art. 291 - Este Código entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1.967, revogados as disposições em contrários

P.M. de Icém, 23 de dezembro de 1.966.-

  
\_\_\_\_\_  
JOÃO RIBEIRO DA SILVEIRA

Registrada e publicada na Secretária da Prefeitura Municipal de Icém e afixada no lugar de costume, em data supra.-

\_\_\_\_\_  
ANTONIO GERALDO FONTANA

=SECRETÁRIO=



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

## T A B E L A I

TABELA PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OS  
SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Discriminação	Aliquota
I - Profissionais liberais.	25% s/ o salário mínimo
II - Fornecimento de trabalho, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas, ou veículos.	1% s/ a <del>receita</del> receita bruta
III - Atividades de construção ou reparação de bens imóveis de qualquer natureza, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas quer por meio de contrato de manutenção empreitada ou administração.	1% s/ a receita bruta
IV - As atividades de item anterior, quando acompanhadas do fornecimento de materiais.	1% s/ <del>50%</del> receita bruta
V - Locação de bens móveis de qualquer natureza.	
VI - Locação de <del>espaço</del> em bens móveis a atividade de hospedagem ou guarda de bens de qualquer natureza.	1% s/ a receita bruta
VII - Exercício de funções e práticas de diversões ou desportos públicos por pessoas físicas ou jurídicas localizadas ou não como expectadores participantes ou prestadores de serviços desta natureza.	10% s/ a receita bruta ou o preço do ingresso.



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## TABELA II

TABELAS PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DA TAXA DE AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS.

Nº	Discriminação	Aliquota
	I - Balanças Comuns	% sôbre o salário mínimo
1	Até 20 quilos. . . . .	0,5 %
2	Até 50 quilos. . . . .	1 % (hum por cento)
3	Até 100 quilos . . . . .	2 % (dois por cento)
4	Até 1.000 quilos . . . . .	2 % (dois por cento)
5	Até 3.000 quilos . . . . .	3 % (treis por cento)
	II - Balanças Automáticas	
6	Até 10 quilos. . . . .	1% (1 por cento)
7	Até 50 quilos. . . . .	1,5% (hum e meio por cento)
8	de mais de 50 quilos . . . . .	3% (treis por cento)
	III - Pesos	
9	Jogo de pesos por 8 unidades ou fração. . . . .	2% (dois por cento)
	IV - Medidas <del>de Capacidade</del> Lineares	
10	Metro de madeira ou metálico, fita e trena, cada um. . . . .	1% (hum por cento)
	V - Medidas de Capacidade	
11	Jogo de medidas de 1 até 100 litros. . . . .	2% (dois por cento)
12	Bomba de gasolina ou olêo . . . . .	5% (cinco por cento)
13	Carro Tanque. . . . .	5% " "
14	Qualquer outra medida de capacidade. . . . .	5% " "
	VI - Outras Medidas	
15	Medidores de consumo de energia elétrica. . . . . por medidores	0,5 ( meio por cento)



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

## TABELA III

TABELAS PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA

Itens	Especificações e Discriminações	Aliquota
	I - Taxa de Licença para funcionamento de Estabelecimento Comerciais em Horários Especiais.	% s/ o salário mínimo
1	Prorrogação de horário:	
	1 - até as 22 horas	
	- por dia . . . . .	0,5%
	- por mês . . . . .	5%
	- por ano . . . . .	20%
	2 - Além das 22 horas:	
	- por dia. . . . .	6%
	- por mês . . . . .	6%
	- por ano . . . . .	20%
2	Antecipação de horário:	
	- por dia , . . . . .	0,5%
	- por mês , . . . . .	5%
	- por ano . . . . .	25%
	II - Taxa de Licença para Exercício de Comercio Eventual ou Ambulante	Aliquota s/ o salário min.
	a) - Comércio Eventual	
3	Alimentos preparados, inclusive refrigerantes para venda em balcões, barracas ou mesas. . . . .	Dia    Mês    Ano 1%    5%    20%
4	Aparelhos elétricos de uso domest. . . . .	1%    20%    50%
5	Armarinhos e miudezas. . . . .	3%    40%    60%
6	Artefatos de couro . . . . .	5%    40%    60%
7	Artigos Canarvalesco(masc., conf. ser pentinas, lança perfumes e congengeres	10%    50%    70%
8	Artigos para fumantes. . . . .	1%    5%    20%
9	Artigos não especificados nesta tab.	
10	Artigos de papelaria . . . . .	1%    5%    20%
11	Artigos de toucador. . . . .	5%    40%    60%
12	Aves. . . . .	1%    5%    20%
13	Baralhos e outros artigos de jogos de azar... . . . .	5%    49%    60%





# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

Itens	Especificações e Discriminações	Aliquotas		
		Dia	Mês	Ano
14	Brinquedos, e artigos ornamentais p/presentes.	5%	40%	60%
15	Fogos de artifício. . . . .	5%	40%	60%
16	Frutas nacionais e estrangeiras . . . . .	1%	5%	20%
17	Generos e produtos alimentícios, ovos, aves, e dôcess, frutas, queijos, peixe e carne etc.	1%	5%	20%
18	Jóias e relógios. . . . .	5%	40%	60%
19	Louças, ferragens, artefatos de plástico e de borracha, vassouras, escovas, palha de a- ço e semelhantes. . . . .	5%	40%	60%
20	Pele, plicas, pluma ou confecções de luxo. . .	5%	40%	60%
21	Revistas, livros e jornais. . . . .	1%	5%	20%
22	Tecidos e roupas . . . . .	2%	20%	40%
23	b) Comércio Ambulantes			
23	Alimentação preparada e fornecida em marmi- tas, para mais de 3 pessoas quando o fornece- dor não pagar o imposto industria e profissões	1%	20%	40%
24	Armarinhos e miudezas. . . . .	5%	40%	60%
25	Artigos não especificados. . . . .	5%	40%	60%
26	Artigos de toucador . . . . .	5%	40%	60%
27	Bijouterias e pedras não preciosas. . . . .	5%	40%	60%
28	Brinquedos. . . . .	5%	40%	60%
29	Confecções de luxo, peles, pelicas, plumas . .	10%	50%	70%
30	Fazenda e roupas feitas . . . . .	5%	40%	60%
31	Generos e produtos alimentícios . . . . .	1%	5%	20%
32	Jóias e pedras preciosas. . . . .	10%	50%	70%
33	Louças ferragens, artefatos plásticos e de Bo- racha vassouras, escovas, palhas de aço e se- melhantes. . . . .	5%	40%	60%
34	Malhas, meias, gravatas e lenços . . . . .	5%	40%	60%
NOTA:	A licença será cobrada para cada especificação caso o contri- buente negocie em mais de uma.			

### III - Taxa de Licença para obras particulares

#### a) Construções:

Barracões nos quintais de casas de residências metro quadrado de área util de piso coberto:

	Aliquota
1 - nas áreas urbanas . . . . .	0,05%
2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoa- dos. . . . .	0,02%

% s/ o salário minimo.

35



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

itens	Especificações e Discriminações	Aliquota
36	Dependências em prédios residenciais, por metro quadrado de área útil de piso coberto:	% sobre o salário mínimo
	1 - nas áreas urbanas.....	...0,1%
	2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados....	...0,1%
37	Dependências em prédios utilizados por estabelecimento de qualquer natureza, por metro quadrado....	...0,1%
38	Drenos, sarjetas, paredes e muros divisórios, por metro linear.....	...0,1%
39	Fornos de padaria por metro cúbico.....	...0,1%
40	Galpões para qualquer fim, por metro quadrado área útil de piso coberto.....	...0,1%
41	Garagens e postos de lubrificação, por metro quadrado - área útil de piso coberto.....	...0,1%
42	Muros, com gradil ou não, por metro linear:	
	1 - nas áreas urbanas.....	...0,1%
	2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados ...	...0,1%
43 -	Obras não especificadas nesta tabela, por metro quadrado de área útil de piso coberto.....	...0,1%
44	Obras pequenas ou acréscimo, de área de difícil medição, não especificados nesta tabela.....	...0,1%
45	Prédios residenciais, de um ou mais pavimentos, por metro quadrado de área útil de piso coberto:...	
	1 - nas áreas urbanas.....	...0,1%
	2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados....	...0,1%
46	Prédios de um ou mais pavimentos, a serem usados em atividades industriais, comerciais ou profissionais, por metro quadrado de área útil de piso coberto.....	...0,2%
	B) Reconstruções:	
47	As licenças para reconstruções parciais pagarão a taxa de acordo com a sua natureza, pela metade do que estiver especificado nesta tabela, para as construções.....	...0,05%
	C) Consertos e Reparos:	
48	Diversos - chaminés, pilares, portões, fossas e outras instalações externas.....	...1%
49	Fachadas - desde que não se trate de reconstrução por pavimento.....	...1%
50	muros, por metro linear.....	...00,5%
51	Pequenos serviços em prédios.....	...1%
52	Telhados, desde que não se trate de construção.....	...0,5%
	D) Obras Diversas:	
53	Abertura de portões:	
	1 - em prédios residenciais.....	...0,5%
	2 - em prédios ocupados com estabelecimentos de qualquer natureza.....	...0,7%



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

itens	Especificações e Discriminações	Aliquota
54	Andaimes - no alinhamento do logradouro - inclusive tapume, para construção, reconstrução, pintura ou reparos gerais de prédios por metro linear e por seis meses ou fração.....	% sobre o salário mínimo ...0,2%
55	Cortes em meio fio para entrada de automoveis.....	...0,02%
56	Demolição por metro quadrado de area da edificação a ser demolida.....	...0,2%
57	Lajeamento de pátios e quintais.....	...0,02%
58	Marquises de vidro, metal ou outro material a serem colocados em prédios comercial ou industrial cada um.....	...0,01%
59	Mudança de bomba de gasolina ou outro combustivel liquido, de um para outro local.....	...1%
60	Toldos ou cobertas moveidias a serem colocadas nas fachadas de prédios:..... 1 - comerciais e industriais, cada um..... 2 - em prédios residenciais cada um.....	...0,5% ...0,5%
61	IV - Taxa de licença para Execução de arruamentos e loteamentos de terrenos particulares: a) arruamentos: 1- com area de até 20.000 metros quadrados descontados as destinadas a logradouros publicos..... 2 - com mais de 20.000 metros quadrados por metro quadrado exceder, além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário mínimo.....	...20% ...0,005%
62	b) - Loteamentos: 1 - com area de até 10.000 metros quadrados descontados as destinadas a logradouros publicos e as que serão doadas ao Municipio..... 2 - de mais de 10.000 metros quadrados, por metro quadrado que exceder além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário mínimo.....	...80% ...0,008%
	NOTA - Entende-se como area de arruamento, ou do loteamento, a soma das area de terreno dos quarteirões pertencentes ao plano apresentado.	
63	V - Taxa de licença para o tráfego de Veiculos a) - Veiculos de tração a motor. Ambulancia: 1 - para transporte de doentes..... 2 - funerais.....	...2% ...1%
64	Automoveis com motor de até 100 HP: 1 - modelo de fabricação do ano em que for feito o registro..... 2 - modelo de fabricação do ano anterior aquele em que fôr feito o registro..... 3 - modelo de fabricação do ano imediatamente anterior ao de nº2..... 4 - modelo de fabricação dos anos anteriores ao de nº 3.....	...5% ...5% ...5% ...5%
65	Automoveis com motor de mais de 100 HP 1 - modelo de fabricação do ano em que for feito o registro..... 2 - modelo de fabricação do ano anterior aquele em for feito o registro..... 3 - modelo de fabricação do ano imediatamente anterior ao nº 2.....	...8% ...8% ...8%



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

ITENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALIQUOTA
		% sobre o salario minimo
	3 - modelo de fabricação do ano imediatamente anterior ao do nº 2 .....	.8%
66	4 - modelo de fabricação dos anos anteriores ao de nº3 Auto-lotação:	.8%
	1 - até 12 passageiros.....	.5%
	2 - de mais de 12 passageiros.....	.8%
67	Auto- onibus:	
	1 - Até 20 passageiros.....	.5%
	2 - de mais de 20 até 30 passageiros.....	.8%
	3 - de mais de 30 passageiros.....	.10%
68	AUTO OFICINA:	
	1 - automovel ou camioneta-oficina.....	.5%
	2 - caminhão-oficina.....	.8%
69	Automotores em geral: elevadores, guidastes, empilhadei- ras, rebocadeiras, ascensores, estaqueadores, britado- res e similares.....	.8%
70	caminhoes ou camionetas de carga:	
	1 - com capacidade até 1 tonelada.....	.4%
	2 - com capacidade de mais de 1 até 2 toneladas .....	.5%
	3 - idem, idem, de mais de 2 ate 3 toneladas.....	.6%
	4 - idem, idem, de mais de 3 até 6 toneladas.....	.7%
	5 - idem, idem, de mais de 6 até 9 toneladas.....	.8%
	6 - idem, idem, de mais de 9 até 12 toneladas.....	.9%
	7 - idem, idem, de mais de 12 toneladas.....	.10%
71	Motocicletas: com ou sem side-car.....	.2%
72	Reboques e tratores:	
	1 - reboque ou trailer.....	.4%
	2 - trator de rodas de borracha.....	.3%
	3 - trator com rodas ou esterres de ferro.....	.5%
73	b) Veiculos de tração animal: De carga desprovido de molas:	
	1 - de rodas com aros de ferro ou de madeira.....	.1%
	2 - de rodas com aros de borracha maciça.....	.1%
	3 - de rodas com aros de borracha pneumático.....	.1%
74	De carga, providos de molas:	
	1 - de roda com aros de ferro ou de madeira.....	.1%
	2 - de rodas com aros de borracha maciça.....	.1%
	3 - de rodas com aros de borracha pneumaticos.....	.1%
75	De passageiros:	
	1 - de 2 rodas com pneumaticos.....	.1%
	2 - idem, idem, com aros de borracha maciça.....	.1%
	3 - de 4 rodas com aros de pneumaticos.....	.1%
	4 - de 4 rodas com aros de borracha maciça.....	.1%
76	c) outros veiculos:	
77	Bicicleta quando de aluguel.....	.1%
	Bicicleta motorizadas, lambretas, vespas e similares, carrocinhas, tricicles e pedal ou carrinho de mão a frete ou para venda ou entrega de mercadorias.....	.2%
78	Embarcações:	
	1 - lanchas, botes, e canoas.....	
	2 - barcos, saveiros, balsas e alvarengas.....	
79	VI - Taxa de licença para publicidade Alto-falante, rádio, vitrola e congengeres por aparelho e por ano quando permitido por interior de estabelecimen- to comercial industrial ou profissional.....	.5%



# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

Itens	Especificações e Discriminações	Aliquota
		% sobre o salario mínimo.
0	<b>ANUNCIO:</b>	
	1 - sob forma de cartaz cada um. . . . .	.3%
	2 - em mesas, cadeiras ou bancos, toldos, bambinelas, capotas, corinas e semelhantes . . . . .	.2%
	3 - no interior de veiculos por veiculo e por ano . . . . .	.2%
	4 - no exterior de veiculos por veiculos e por ano.....	.100%
	5 - em veiculos destinados especialmente a propaganda por veiculo e por dia. . . . .	.1%
	6 - conduzido por uma ou mais pessoas cada um por pessoa e por dia . . . . .	.1%
	7 - distribuindo em mão ou a domicilio por milheiro ou fração . . . . .	.2%
	8 - colocado no interior de estabelecimento quando estranho a atividade deste por anuncio e por ano . . . . .	.3%
	9 - em pano de boca de teatro ou casa de diversões por / anuncio e por mês . . . . .	.2%
	10 - projetado na tela de cinema por filme ou chapa por dia	.1%
	11 - pintada na via publica quando permitido por metro quadrado e por dia . . . . .	.1%
	12 - em faixas quando permitido por dia . . . . .	.1%
1	Emblemas, escudo ou figura decorativa por unidade e por ano . . . . .	.3%
2	Letreiro - placa ou distico metálico ou não com indicação de profissao, arte, officio, comércio ou industria, nome ou endereço quando colocado na parte exteena de qualque prédio por letreiro placa ou distico por ano . . . . .	.2%
3	Mostruário - colocado na parte externa dos estabelecimentos comerciais ou em galerias estações abrigos est. por mostruário e por ano . . . . .	.3%
	<b>Painel:</b>	
	1 - painel cartaz ou anuncio colocado em circos ou casas de diversoes por unidade e por mês . . . . .	.1%
	2 - idem, idem, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou nao na parte externa dos edificios por metro / quadrado ou fração por ano . . . . .	.2%
	3 - painel, cartaz ou anuncio colocado em casas de diversoes por unidade e por ano . . . . .	.2%
	<b>Propaganda:</b>	
	1 - oral, feita por propaganda por dia . . . . .	.1%
	2 - idem, idem, por mês . . . . .	.20%
	3 - idem, idem, por ano . . . . .	.50%
	4 - por meio de musica por dia . . . . .	.2%
	5 - por meio de animais (circo etc.) por dia . . . . .	.2%
	6 - por meio de alto-falante, por dia . . . . .	.2%
	<b>Vitrine:</b>	
	1 - em qualquer estabelecimento comercial ou industrial sem projeção ocupando parcialmente o vão das portas - por vitrine e por ano : . . . . .	.2%
	2 - idem, idem, com saliência maxima de 25 centímetros para o logradouro publico por vitrine e por ano . . . . .	.3%
	3 - idem, idem, ocupando totalmente o vao das portas por vitrine e por ano . . . . .	.3%
	4 - para exposição de artigos estranhos ao negócio do estabelecimento ou alugada a terceiros por vitrine e por ano . . . . .	.3%





# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA IV - TABELAS PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

tens	Especificação	Aliquota
	Taxa de Expediente	% sobre o salario minimo
	Alvarás:	
	a) de licença concedida ou transferida . . . . .	.2%
	b) de qualquer outra natureza . . . . .	.2%
	Atestados:	
	a) por lauda até 33 linhas . . . . .	.2%
	b) sobre o que exceder, por lauda ou fração . . . . .	.1%
	c) de licença para instalação de parques de diversões e circos . . . . .	.60%
	Aprovação de arruamento ou loteamento: cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou loteamento de terreno . . . . .	.2%
	Baixa de qualquer natureza em lançamentos ou registros	.2%
	Certidões:	
	a) por lauda até 33 linhas . . . . .	.2%
	b) sobre o que exceder, por lauda ou fração . . . . .	.1%
	c) busca por ano além das taxas das alíneas "a" e "b" . . . . .	.1%
	Concessões-ato do Prefeito concedendo:	
	a) favores em virtude de lei municipal sobre o valor da concessão . . . . .	.5%
	b) privilégio, individual ou a empresa concedido pelo Município sobre o valor efetivo ou arbitrado . . . . .	.5%
	c) permissão para exploração a título precário de serviço ou atividade . . . . .	.5%
	Contratos com o Município sobre o valor do contrato . . . . .	.1%
	Guias apresentadas as repartições Municipais para qualquer fim excluídas as emitidas pelos servidores Municipais e relativas aos serviços de administração . . . . .	.0,3%
	Petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais:	
	a) por lauda até 33 linhas . . . . .	.0,3%
	b) cada documento anexado por folha . . . . .	.0,05%
	c) sobre o que exceder por lauda ou fração . . . . .	.0,05%
	Prorrogação de prazo de contrato com o município sobre o valor da prorrogação . . . . .	.1%
	Têrmos e registros de qualquer natureza lavrados em livros municipais por página de livro ou fração . . . . .	.0,03
	Títulos:	
	de perpetuidade de sepultura, jazigo, carneiro, mausoléu ou ossuário . . . . .	.1%
	Transfêrencias:	
	a) de contrato de qualquer natureza além do termo respectivo . . . . .	.2%
	b) de local de firma ou ramo de negócio . . . . .	.2%
	c) de veículo por unidade . . . . .	.2%
	d) de privilégio de qualquer natureza sobre o valor efetivo ou arbitrado . . . . .	.2%
	Guias o talão de recibo (por jogo) valor . . . . .	Cr\$-200=



# Prefeitura Municipal de Içém

ESTADO DE SÃO PAULO

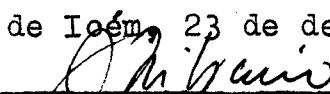
itens	Especificações e Discriminações	Aliquota
	<b>TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS</b>	% sobre o salario Mi-nimo.
1	I - Taxa de numeração de prédios por emplacamento . . . . .	0,5%
	NOTA: Além da taxa será cobrado o preço de custo da placa fornecida)(comq receita patrimonial) . . . . .	
2	II - Taxa de Apreensão e Depósito de Bens e Mercadorias Apreensão ou arrecadação de bens abandonados na via publica - por unidade . . . . .	1%
3	Armazenagem por dia ou fração no depósito Municipal:	
	1 - de veiculo por unidade . . . . .	2%
	2 - de animal cavalari, muar o bovino, por cabeça . . . . .	2%
	3 - caprino, ovino, suino ou canino, por cabeça . . . . .	2%
	4 - de mercadorias ou objetos de qualquer espécie por quilo . . . . .	0,05%
	NOTA: Alem das taxas acima se cobrarão as despesas com a alimentação e o tratamento dos animais bem como as de transporte até o depósito.	
	III - Taxa de Alinhamento e Nivelamento	
4	Alinhamento . . . . .	2%
5	nivelamento, idem . . . . .	2%
6	Inumação em sepultura rasa:	
	1 - de adulto por cinco anos . . . . .	4%
	2 - de infantil por três anos . . . . .	3%
7	Inumação em carneiro:	
	1 - de adulto por cinco anos . . . . .	4%
	2 - de infante por três anos . . . . .	3%
8	Prorrogação de prazo:	
	1 - de sepultura rasa por cinco anos . . . . .	6%
	2 - de carneiros por cinco anos . . . . .	6%
	Perpetuidade:	
	1 - de sepultura raza . . . . .	1%
	2 - de carneiro . . . . .	15%
	3 - jazigo (carneiro duplo geminado por m2 . . . . .	50%
	4 - niço . . . . .	
10	Exumações:	
	1 - antes de vencido o prazo regulamentar de decomposi- çao . . . . .	6%
	2 - após vencido o prazo regulamentar de decomposição . . . . .	3%
11	Diversos:	
	1 - abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu, perpétuo, para nova inumação . . . . .	4%
	2 - entrada de ossada no cemitério . . . . .	2%
	3 - retirada de ossada do cemitério . . . . .	2%
	4 - remoção de ossada no interior do cemitério . . . . .	2%
	5 - permissão para construção de carneiro colocação de inscrição e execução de obras de embelezamento . . . . .	50%
	6 - emplacamento . . . . .	2%
	7 - ocupação de ossario por cinco anos . . . . .	30%
	<b>NOTAS :</b>	





# Prefeitura Municipal de Icém

ESTADO DE SÃO PAULO

DISCRIMINAÇÃO	ALIQUOTA
<b>NOTAS:</b>	% sobre o salario minimo.
1 - Nos cemitérios das vilas e povoados as taxas serão cobradas pela metade; 2 - Além das taxas do nº 11, será cobrada a parte o custo da construção do carneiro, jazigo ou nicho, de acordo com o orçamento organizado pela repartição competente da Prefeitura; 3 - As taxas estabelecidas cobrirão apenas os serviços de escavação e enchimento de sepulturas, carneiros e jazigos; os de demolição de baldrames, lápides ou mausóleos e reconstrução serão orçados e cobrados à parte.	
<b>V - TAXA DE MATADOURO:</b> a) por cabeça de gado bovino ou vacum . . . . . 5% b) por cabeça de animal de outras espécies . . . . . 3% <b>ALUGUEL DE PASTO OU CURRAL PARA MARCHANTE:</b> a) por dia e por unidade . . . . . 0,5% b) por mês e por unidade . . . . . 6%	
<b>VI - TAXAS DE AGUA E ESGOTO:</b> a) água: residências, oficinas, gabinetes médicos e dentários, barbearias, salões de beleza, escritórios, e outros do mesmo porte:.....Cr\$-2.200= (DOIS MIL E DUZENTOS CRUZEIROS). postos de gasolinas, hotéis, pensões, bares restaurantes e congêneres, 3 (treis) vezes o valor acima, por mês ou seja .....Cr\$-6.600= (SEIS MIL E SEISCENTOS CRUZEIROS). b) esgoto: valor para cada propriedade beneficiada e esgotada:... Cr\$-1.600= (HUM MIL E SEISCENTOS CRUZEIROS).	
<b>NOTA:</b> A taxa de esgoto será cobrada mensalmente, com a taxa de água.	
<b>VII - TAXA DE VACINA DE CÃES:</b> valor por animal vacinado:.. . . Cr\$-1.000= (HUM MIL CRUZEIRO).	
P.M. de Icém, 23 de dezembro de 1.966.  João Ribeiro da Silveira	
Registrada e publicada na Secretária da Prefeitura Municipal de Icém e afixada no lugar de costume, em data supra.-	
<hr/> Antonio Geraldo Fontana - Secretário.	